

ENTRE A PRESCRIÇÃO CURRICULAR E AVALIAÇÃO EXTERNA: IMPACTOS DA BNCC E DO ENEM NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Danilo Marcus Barros Cabral¹, Rivadavia Porto Cavalcante², Juliana Aparecida Silva Costa³,
Gleyde Ohana Ribeiro dos Santos⁴, Maria Aparecida Mineiro⁵

Resumo: Este artigo examina a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Matriz do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ensino de Língua Portuguesa, destacando suas convergências e discrepâncias. Fundamentado na teoria crítica da política educacional de Stephen Ball, analisa como as políticas curriculares e avaliativas influenciam a prática docente, frequentemente limitando a autonomia pedagógica e restringindo abordagens críticas da linguagem. Argumenta-se que a ênfase nas avaliações externas favorece um ensino voltado para a prova, priorizando competências instrumentais em detrimento da formação integral dos estudantes. Além disso, discute-se o impacto da recontextualização curricular e da transposição didática na adaptação dos docentes às diretrizes da BNCC e às exigências do ENEM. Os resultados apontam que a lógica performática dessas políticas impõe desafios à construção de um ensino significativo e crítico. Conclui-se sobre a necessidade de problematizar tais políticas e propor estratégias que valorizem a diversidade discursiva, a formação e o letramento crítico.

Palavras-chave: Política curricular; Avaliação educacional; Ensino de Língua Portuguesa; BNCC; ENEM.

-
- 1 Licenciado em Letras, Língua Portuguesa e Língua Espanhola UNITINS, Universidade do Tocantins, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica IFTO Instituto Federal do Tocantins, Professor EBTT, IFPA, Instituto Federal do Pará, campus Conceição do Araguaia.
 - 2 Licenciado em Letras pela UFG, Universidade Federal de Goiás, Doutor e Mestre em Linguística e Práticas Sociais pela (PROLING/UFPB) Universidade Federal da Paraíba. Atua como Pesquisador em práticas sociais da linguagem, com ênfase em Linguística Aplicada e Políticas Linguísticas no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica IFTO Instituto Federal do Tocantins, campus Palmas.
 - 3 Cursa último ano do Ensino Médio Integrado em Informática. IFPA, Instituto Federal do Pará, campus Conceição do Araguaia.
 - 4 Licenciada em Pedagogia pela (UFT) Fundação Universidade Federal do Tocantins, Mestre em Educação profissional e Tecnológica IFTO, Instituto Federal do Tocantins, Pedagoga no Instituto Federal Goiano IFGoiano, campus Campos Belos.
 - 5 Graduada em Letras, Português/ Inglês e Respectivas Literaturas - pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, Universidade Federal do Pará, Professora EBTT, IFG, Instituto Federal de Goiás, campus Anápolis.

-- ARTIGO RECEBIDO EM 06/04/2025. ACEITO EM 07/07/2025. --

BETWEEN CURRICULAR PRESCRIPTION AND EXTERNAL ASSESSMENT: IMPACTS OF THE BNCC AND ENEM ON PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING

Abstract: This article examines the relationship between the Common National Curriculum Base (BNCC) and the framework of the National High School Exam (ENEM) in the teaching of Portuguese Language, highlighting their convergences and discrepancies. Grounded in Stephen Ball's critical theory of educational policy, it analyzes how curricular and assessment policies influence teaching practices, often limiting pedagogical autonomy and constraining critical language approaches. The study argues that the emphasis on external evaluations fosters a test-oriented teaching approach, prioritizing instrumental competencies over students' holistic education. Additionally, it discusses the impact of curricular recontextualization and didactic transposition on teachers' adaptation to BNCC guidelines and ENEM requirements. The findings indicate that the performative logic of these policies poses challenges to the development of meaningful and critical teaching. The study concludes by emphasizing the need to problematize these policies and propose strategies that value discursive diversity, critical literacy, and student formation.

Keywords: Curricular policy; Educational assessment; Portuguese Language teaching; BNCC; ENEM.

1 INTRODUÇÃO

As reformulações introduzidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) geraram impactos significativos no ensino de Língua Portuguesa (LP) no Ensino Médio, trazendo desafios para o alinhamento entre a política curricular e os processos de ensino e avaliação da aprendizagem. Embora o documento proponha ampliação das práticas de linguagem e comunicação e incorpore novos gêneros discursivos, especialmente os associados às tecnologias digitais emergentes, sua implementação suscita questionamentos sobre a coerência entre as diretrizes normativas e as práticas avaliativas, bem como sobre sua efetividade na promoção do letramento crítico e na formação dos estudantes diante das demandas contemporâneas. (Cury; Reis; Zanardi, 2018; Souza, 2018; Silva, 2022).

Um dos principais eixos dessa reformulação é a ênfase no uso de ferramentas tecnológicas, artísticas e digitais, que potencializam a expressão autônoma dos alunos. A BNCC destaca a importância desses recursos no desenvolvimento de novas formas de comunicação, fundamentais para uma formação integral alinhada às práticas sociais e sociolinguageiras contemporâneas (Xiriqueira; Barros, 2021; Pereira *et al.*, 2023), preparando os estudantes para a continuidade dos estudos no ensino superior.

No entanto, pesquisas recentes (Cf. Coutinho, 2022; Castelan Marques *et al.*, 2021) realizadas em âmbito da prática de ensino da LP na educação básica apontam desconexão entre as diretrizes da BNCC e os critérios avaliativos de exames nacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Cf. Coutinho, 2022; Castelan Marques *et al.*, 2021). Embora ambos os documentos compartilhem

objetivos semelhantes, a Matriz de referência do ENEM (doravante Matriz ENEM) para Linguagens, apresenta limitações na avaliação das competências e habilidades expressivas e discursivas propostas pela BNCC, especialmente no que se refere ao uso da língua em novas semioses linguísticas, à textualidade digital e à comunicação em contextos artísticos e culturais.

Diante dessa problemática, este artigo analisa pontos convergentes e discrepantes entre a BNCC e a Matriz ENEM no ensino e na avaliação das competências e habilidades em LP. Questiona-se: até que ponto a referida matriz contempla as diretrizes da BNCC para o ensino da LP?

O estudo tem como objetivo geral investigar as relações entre a BNCC (2018) e a Matriz ENEM (2009) na formação das competências linguísticas dos estudantes, com foco nas implicações pedagógicas dessas políticas para a formação integral dos jovens. Especificamente, (i) analisar as competências e habilidades propostas pela BNCC para o ensino de LP no Ensino Médio e compará-las com as competências avaliadas na matriz de Linguagens da Matriz ENEM; e (ii) identificar, a partir de narrativas de professores de LP, como essas diretrizes são percebidas e aplicadas na prática docente.

A relevância deste estudo está na urgência de se discutir a compatibilização entre políticas públicas educacionais e instrumentos avaliativos de larga escala, tendo em vista a formação crítica e social dos estudantes. A BNCC, ao propor uma abordagem mais abrangente e conectada às demandas do século XXI, desafia os educadores a repensarem o ensino de LP de forma interdisciplinar e inovadora. Todavia, a Matriz ENEM, em seu formato atual, pode não refletir plenamente essa visão, o que compromete a coerência do processo formativo. Este trabalho, portanto, visa contribuir para a reflexão e aprimoramento dessas políticas, com vistas a uma educação linguística mais integrada e significativa para os jovens.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Currículo e formação em uma perspectiva crítica

Na Teoria crítica do Currículo, conforme discutida por Sacristán (2003, 2010), temos a compreensão de que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos prescritos, mas uma construção social permeada por relações de poder, disputas políticas e ideológicas. Para o autor, o currículo deve promover uma formação que vá além da mera preparação formal para exames e avaliações externas, incorporando dimensões culturais, sociais e humanas que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nessa perspectiva, a BNCC prescreve um modelo de currículo centrado no desenvolvimento de competências e habilidades, visando uma formação integral e crítica dos estudantes. No entanto, esse princípio se confronta com a matriz de referência da Matriz ENEM, cuja estrutura avaliativa, segundo pesquisas recentes (Freitag, 2014; Luna; Marcuschi, 2017; Castelan Marques *et al.*, 2021; Coutinho,

2022), mantém uma abordagem predominantemente conteudista e tecnicista. Esse tensionamento evidencia um dilema central das políticas curriculares: a dissociação entre a concepção formativa do currículo e sua concretização em avaliações externas, que acabam por orientar e, muitas vezes, restringir as práticas pedagógicas nas escolas.

Estudiosos da educação humana integral (Ciavatta, 2014; Saviani, 2016; Ramos, 2016; Frigotto; Dickmann; Pertuzatti, 2017) defendem a necessidade de um currículo ancorado em dimensões essenciais da vida humana, estruturado nos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, como fundamento para o desenvolvimento cognitivo e sociocultural dos estudantes. Associada às leituras do mundo (Freire, 2004), essa base de saber é indispensável para a compreensão crítica da realidade e a construção da autonomia cidadã. Isso implica o aprimoramento de habilidades comunicativas e linguageiras fundamentais para a atuação no meio acadêmico, na vida pessoal e no mundo do trabalho contemporâneo (Pereira *et al.*, 2023).

No entanto, a implementação desse princípio enfrenta desafios estruturais, como a padronização das avaliações externas e a ênfase em competências instrumentais, que limitam a autonomia docente e restringem a diversidade metodológica no ensino.

Em uma perspectiva sociológica da Educação e das políticas curriculares Ball (1994, 2006) analisa as políticas educacionais como espaços de disputa entre diferentes interesses. Para Ball, o currículo e a avaliação são elementos centrais das políticas públicas, pois determinam o que deve ser ensinado e avaliado, impactando a estrutura e o funcionamento das escolas. Este aporte teórico possibilita a compreensão da BNCC, instituída pela Lei 13.415/2017, como uma diretriz prescritiva que visa, ao mesmo tempo, o controle e o acesso das competências essenciais (conhecimentos considerados relevantes, em âmbito da esfera governamental), que garanta a equidade e o acesso ao conhecimento essencial, articulando saberes acadêmicos, competências socioemocionais e formação cidadã (BRASIL, 2018). No entanto, a relação entre a BNCC e a Matriz ENEM revela tensões entre a intencionalidade formativa do currículo e o caráter seletivo da avaliação em larga escala (Santos e Nascimento, 2017; Souza e Baptista, 2018).

A centralidade das avaliações externas na definição das práticas pedagógicas configura um fenômeno denominado por Luckesi (2011) como “currículo prescrito pela avaliação”. Esse alinhamento pragmático pode comprometer a diversidade pedagógica e a autonomia docente, favorecendo uma abordagem conteudista em detrimento de uma formação ampla e crítica. Nesse sentido, pesquisas como as de Coutinho (2022) e de Silva (2022) indicam que, apesar dos diálogos entre BNCC e ENEM, os conteúdos avaliados ainda priorizam estratégias cognitivas de interpretação e produção textual, sem considerar uma abordagem crítica do discurso.

A pesquisa de De Araújo *et al.* (2025) destaca que a deficiência na formação continuada de docentes e gestores impacta a aplicação efetiva das diretrizes da BNCC, acentuando o descompasso entre as normas estabelecidas e sua implementação na

prática. Striquer (2019), ao analisar as responsabilidades atribuídas ao professor de LP na BNCC, evidenciou que esse profissional é concebido como um agente executor, com sua autonomia reduzida a um papel colaborativo na concretização dos objetivos da BNCC. O que, segundo (Ball; Maguire; Braun, 2012), embora a política educacional curricular seja fruto de decisões oficiais de cima para baixo, é somente nas decisões e condições dos agentes educadores em contextos escolares que a política ganhará sentido, podendo esta ser ou não recontextualizada e transposta didaticamente (Cf Chevallard, 1991; Ball, 1994; Freire, 2004) às necessidades do contexto da prática pedagógica.

2.2 Políticas Curriculares e de Avaliação em Linguagens: Uma Abordagem Crítica

A formulação e a implementação das políticas curriculares e de avaliação no campo da educação, especialmente na área de Linguagens, têm sido amplamente debatidas (Freitag, 2017; Xiriqueira; De Barros, 2021; Coutinho, 2022; Pereira, 2023). A BNCC e a Matriz do ENEM são instrumentos que organizam conteúdos e práticas avaliativas, influenciando diretamente o ensino da LP. Para Ball (1994), a compreensão dessas políticas requer uma abordagem crítica que leve em conta não apenas sua formulação, mas também os processos de mediação e apropriação pelos diferentes atores educacionais.

As reformas educacionais, segundo Ball (1997), devem ser analisadas como processos dinâmicos e contraditórios, influenciados por discursos neoliberais, burocráticos e pedagógicos em disputa. Assim, a BNCC e a Matriz do ENEM emergem em um contexto de regulação do currículo por meio da avaliação externa, consolidando mecanismos de governança educacional que determinam o que deve ser ensinado e aprendido (Saviani, 2016; Frigotto; Dickmann; Pertuzatti, 2017; Santos; Nascimento, 2017)).

A implementação dessas políticas não ocorre de forma homogênea. Segundo Ball, Maguire e Braun (2012, p. 8), as escolas não são meras executoras de diretrizes, mas interpretam e ressignificam as políticas, gerando a “política em ação” (*policy enactment*). Esse aporte teórico se mostra bastante pertinente para entender como os professores lidam com as tensões entre a BNCC e as exigências da Matriz ENEM, adaptando, negociando e, em algumas situações e contextos, resistindo às prescrições curriculares e avaliativas.

Além disso, a perspectiva de Ball (1994) sobre o impacto das reformas educacionais sugere que políticas curriculares e avaliativas podem reforçar hierarquias sociais, especialmente quando as avaliações de alto impacto são utilizadas como critério de acesso à universidade. A Matriz ENEM, ao se tornar um dos principais instrumentos de regulação do currículo, influencia a maneira como os conteúdos de LP são abordados, criando uma dinâmica em que as práticas pedagógicas se ajustam à lógica da prova, muitas vezes em detrimento da formação crítica e cidadã dos estudantes.

Dessa forma, compreender as convergências e discrepâncias entre a BNCC e a Matriz ENEM requer uma análise que extrapole a normatividade e considere seus impactos concretos na prática educacional. A avaliação educacional, ao ser utilizada como instrumento regulador, pode restringir abordagens pedagógicas inovadoras e reforçar a seleção meritocrática, colocando em xeque a efetiva realização de uma educação humanizadora e emancipadora (Luckesi, 2011; Bonamino, 2012; Castelan Marques *et al.*, 2021)

2.3 As Consequências das Políticas Avaliativas para o Ensino de Linguagem

A avaliação em larga escala, como instrumento de regulação curricular, impacta diretamente o ensino de LP, favorecendo práticas voltadas à lógica das provas. Phelps (2016, p. 3) alerta que esse modelo pode induzir um ensino “ensaiado para a prova” (*teaching to the test*), limitando abordagens pedagógicas críticas e diversificadas. Como consequência, muitos docentes estruturam suas aulas priorizando habilidades recorrentes no ENEM, em detrimento de uma formação ampla e reflexiva. O autor destaca que as avaliações não contemplam a totalidade do aprendizado discente, podendo negligenciar conteúdos essenciais ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Na mesma perspectiva, Ball (1994) argumenta que políticas curriculares e avaliativas podem reforçar desigualdades sociais, sobretudo quando avaliações de alto impacto funcionam como critério seletivo para o acesso ao ensino superior. Ao tornar-se um mecanismo de regulação curricular, o ENEM como critério influencia diretamente a abordagem dos conteúdos, tensionando o equilíbrio entre ensino crítico e a necessidade de preparação para a prova (Luckesi, 2011; Bonamino, 2012; Phelps, 2016).

A análise das políticas curriculares e avaliativas sob a ótica de Ball revela as implicações pedagógicas que incidem sobre a área de Linguagens, especialmente na LP. Esses processos são permeados por disputas de poder e regulação institucional, e a BNCC e a Matriz ENEM, ao estabelecerem competências e habilidades, funcionam simultaneamente como guias pedagógicos e mecanismos de controle docente (Luna; Marcuschi, 2017; Marques; Nascimento; Souza, 2021). Esse cenário desafia os professores a equilibrar a padronização curricular com um ensino crítico e significativo da linguagem.

Diante desse contexto, torna-se essencial que os docentes aprofundem seus conhecimentos sobre a recontextualização curricular (Ball; Bowe; Gold, 1992; Ball, 1994) e a transposição didática (Chevallard, 1991). Essas abordagens permitem ressignificar diretrizes curriculares e enfrentar políticas “performáticas”, que priorizam resultados mensuráveis em detrimento da autonomia docente e de uma abordagem mais ampla do ensino de LP.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que busca analisar fenômenos das políticas curriculares e de avaliação, bem como suas implicações na prática pedagógica docente. Adota-se uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo-interpretativo, com o objetivo de investigar as convergências e discrepâncias entre as prescrições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Matriz de Referência do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além de compreender como os docentes de Língua Portuguesa do ensino médio percebem e lidam com essas questões. A pesquisa visa contribuir para o aprimoramento do ensino de Língua Portuguesa no ensino médio.

Para atingir seus objetivos, a pesquisa empregou diferentes estratégias metodológicas, incluindo análise documental, pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas com docentes da área. A abordagem qualitativa adotada permite a interpretação das representações sociais construídas nos documentos analisados e a compreensão das percepções docentes sobre as diretrizes curriculares e suas práticas pedagógicas. Conforme argumentam Gil (2010) e Patton (2015), essa abordagem possibilita uma análise aprofundada das políticas educacionais e de seus impactos no processo de ensino-aprendizagem, considerando as perspectivas dos profissionais atuantes na educação.

3.1 Contexto da Pesquisa e Participantes

A pesquisa foi realizada em outubro de 2024 em duas escolas públicas de ensino médio: uma localizada na Microrregião Norte do Araguaia, no Estado do Mato Grosso, e outra em Palmas, capital do Tocantins. Participaram do estudo dois docentes de Língua Portuguesa, denominados “Docente A” e “Docente B”. Ambos possuíam, no momento da pesquisa, formação em nível de graduação, especialização e mestrado, atuando diretamente no ensino de LP no ensino médio.

A seleção dos participantes seguiu critérios de acessibilidade e relevância para a pesquisa, priorizando docentes com mais de cinco anos de experiência no ensino de LP no Ensino Médio público e atuação direta na implementação da BNCC, bem como na preparação dos estudantes para o ENEM. Em relação aos aspectos éticos, ambos os docentes concordaram voluntariamente em participar do estudo. Seus nomes foram preservados por meio de pseudônimos, e eles forneceram seus contatos eletrônicos para o envio prévio do questionário semiestruturado. As respostas foram registradas por meio de gravação em áudio, totalizando 28 minutos de material coletado.

3.2 Etapas e Procedimentos do Estudo

O estudo foi conduzido em três etapas. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica de fontes teóricas que fundamentaram a base conceitual da pesquisa (conforme discutido na seção da fundamentação teórica deste artigo). Essa etapa

possibilitou a construção do referencial teórico que embasou a análise do corpus textual.

Na segunda etapa, realizou-se uma análise documental dos dois principais referenciais normativos para o ensino de Língua Portuguesa no ensino médio: a BNCC (Brasil, 2018) e a Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do INEP (Brasil, 2009), utilizada no Enem.

A terceira etapa envolveu a investigação da percepção e da prática pedagógica dos docentes em relação à implementação das diretrizes curriculares no ensino médio público. Para tanto, utilizou-se um procedimento analítico-comparativo documental, associado ao estudo de fontes teóricas e à análise temática das competências e habilidades de Linguagens e suas Tecnologias, com ênfase na Língua Portuguesa. O estudo analisou as relações de convergência e discrepância entre as competências e habilidades prescritas pela BNCC e aquelas estabelecidas pela Matriz ENEM. De acordo com Cellard (2008), esse procedimento permite uma compreensão aprofundada do objeto de investigação.

Para examinar como os docentes percebiam e implementavam as competências e habilidades previstas nos documentos analisados, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com base em três questões temáticas norteadoras: (i) convergências e discrepâncias entre a BNCC e a Matriz ENEM; (ii) estratégias adotadas para equilibrar as prescrições e contradições de ambos os documentos; e (iii) práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

As respostas dos participantes foram organizadas em eixos temáticos alinhados às questões de pesquisa, permitindo o estabelecimento de comparações entre percepções e práticas docentes. Para tanto, considerou-se que a entrevista semiestruturada possibilita “obtenção de respostas mais precisas do informante, pois o entrevistador pode fazer perguntas complementares, ajudar na expressão adequada do pensamento do entrevistado” Manzini (2004, p. 3).

Os dados coletados foram submetidos à análise categorial temática, conforme a abordagem de Bardin (2011), visando à identificação de padrões, convergências e divergências entre os documentos oficiais e os relatos dos docentes sobre sua implementação. A categorização seguiu um processo indutivo, no qual as competências e habilidades da área de Linguagens e suas Tecnologias – com foco na Língua Portuguesa – foram organizadas em quadros analítico-comparativos.

A triangulação dos dados obtidos por meio da análise documental da pesquisa bibliográfica e das entrevistas possibilitou uma compreensão ampliada das interações entre currículo e avaliação, evidenciando desafios e lacunas que impactam a prática docente no ensino de Língua Portuguesa no ensino médio público.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com finalidade de responder ao problema e aos objetivos deste estudo, a análise enfatizou a amostra de dados que melhor evidenciasse as convergências

e discrepâncias entre os documentos normativos e as práticas docentes. Assim, primeiramente, são apresentados e discutidos os dados documentais, conforme organizados nos Quadros 1, 2 e 3, que se referem às competências e habilidades da BNCC, e nos Quadros 4, 5 e 6, que tratam das competências e habilidades do ENEM. A partir dessa análise, foi elaborada a Tabela 1, que apresenta uma síntese comparativa das convergências e discrepâncias entre os dois documentos normativos. Em seguida, discute-se a amostra de dados gerados a partir das entrevistas com os docentes, conforme exposto na Tabela 2.

4.1 Linguagens, competências e habilidades da BNCC

Competência 3: Protagonismo e Autoria nas Linguagens

A Competência 3 propõe o uso de diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para o exercício do protagonismo e da autoria na vida pessoal e coletiva, com uma abordagem crítica, criativa e ética. Conforme a BNCC (2018, p. 497), essa competência visa à promoção dos Direitos Humanos, à consciência socioambiental e ao consumo responsável, com implicações tanto no contexto local, quanto global. O Quadro 1 apresenta as habilidades associadas à Competência 3 da BNCC, destacando aspectos essenciais da educação linguística e discursiva no ensino médio.

Quadro 1: Habilidades da Competência 3

Código	Descrição da Habilidade
EM13LGG301	Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.
EM13LGG302	Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, considerando seus contextos de produção e circulação.
EM13LGG303	Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões.
EM13LGG304	Formular propostas e tomar decisões que promovam o bem comum e os Direitos Humanos.
EM13LGG305	Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos.

Fonte: BNCC (2018, p. 495)

Essa competência enfatiza o papel da oralidade e do debate no desenvolvimento do estudante, com vista a estimular a exploração temática e o conhecimento socioideológico. No entanto, observa-se que essas habilidades não são suficientemente valorizadas nos processos avaliativos tradicionais, como o ENEM, que tende, segundo pesquisas recentes, (Castelan Marques *et al.*, 2021; Coutinho, 2022), impactar os diálogos entre BNCC e o ENEM na organização e implementação do currículo de LP, posto que o ENEM prioriza a compreensão

e interpretação textual, negligenciando a produção oral e multimodal, aspectos centrais da Competência 3.

Competência 6: Apreciação Estética e Produção Artística

A Competência 6 orienta que os estudantes desenvolvam a capacidade de apreciar esteticamente produções artísticas e culturais diversas, utilizando o conhecimento sobre linguagens artísticas para a criação de produções autorais, tanto individuais, quanto coletivas. De acordo com a BNCC (2018, p. 496), essa competência visa ao exercício “do protagonismo de maneira crítica e criativa”, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. O Quadro 2 apresenta as habilidades associadas a essa competência.

Quadro 2: Habilidades da Competência 6

Código	Descrição da Habilidade
EM13LGG601	Apropriar-se do patrimônio artístico de diferentes tempos e lugares, compreendendo sua diversidade e os processos de legitimação das manifestações artísticas na sociedade.
EM13LGG602	Fruir e apreciar esteticamente diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, participando ativamente dessas experiências.
EM13LGG603	Expressar-se e atuar em processos de criação autorais individuais e coletivos nas diferentes linguagens artísticas (artes visuais, audiovisual, dança, música e teatro).
EM13LGG604	Relacionar as práticas artísticas às dimensões da vida social, cultural, política e econômica, identificando seu processo de construção histórica.

Fonte: BNCC (2018, p. 493)

Essas habilidades ressaltam a importância de integrar as artes ao processo de ensino e aprendizado da LP, promovendo a sensibilidade, a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes. Contudo, é possível perceber que essas competências não são adequadamente contempladas nos processos avaliativos tradicionais, como o ENEM, o que evidencia a necessidade de repensar as metodologias de ensino e avaliação na educação básica, em busca da superação das questões avaliativas de LP em âmbito do novo ENEM (Luna; Marcuschi, 2017).

Competência 7: Práticas de Linguagem no Universo Digital

A Competência 7 destaca a mobilização de práticas de linguagem no universo digital, considerando dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas. De acordo com a BNCC (2018, p. 496), essa competência visa “expandir as formas de produzir sentidos, engajar-se em práticas autorais e coletivas”, além de fomentar a aprendizagem contínua nos campos da ciência, cultura, trabalho e vida pessoal e coletiva. O Quadro 3 explicita as habilidades associadas a essa competência.

Quadro 3: Habilidades da Competência 7

Código	Descrição da Habilidade
EM13LGG701	Explorar tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), utilizando-as de modo ético, criativo e responsável.
EM13LGG702	Avaliar o impacto das TDIC na formação do sujeito e em suas práticas sociais, promovendo o uso crítico dessas mídias.
EM13LGG703	Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva e colaborativa.
EM13LGG704	Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação na cultura de rede.

Fonte: BNCC (2018, p. 494)

A competência em questão destaca a relevância das tecnologias digitais no ensino, estimulando projetos autorais e a participação ativa dos estudantes. No entanto, tais habilidades não são plenamente contempladas em avaliações externas, como o Enem, o que limita sua implementação.

A BNCC (2018) enfatiza a oralidade e as práticas multimodais no ensino de LP, como na habilidade EM13LP16, que prevê a produção e análise de textos orais, considerando voz, postura e expressão facial (Brasil, 2018, p. 500). No entanto, a falta de alinhamento entre essas diretrizes e o modelo avaliativo tradicional do ENEM reforça a necessidade de reformulações para integrar efetivamente as competências da BNCC às políticas educacionais.

Essa desconexão representa um desafio à implementação do currículo de Linguagens, especialmente em LP, como apontam pesquisas recentes sobre os desafios da implementação da BNCC (Saviani, 2016; Souza; Baptista, 2018; Striquer, 2019; Xiriqueira; De Barros, 2021; Silva *et al.*, 2022; De Araújo *et al.*, 2025).

Segundo Ball e Bowe (1992), a política curricular não se desenvolve linearmente. A dissociação entre currículo e avaliação, imposta de forma centralizada, reduz a autonomia dos educadores (docentes) e dificulta a articulação entre as diretrizes da BNCC e os letramentos essenciais à vida acadêmica e social dos estudantes. Enquanto a BNCC propõe um ensino contextualizado, o ENEM enfatiza a norma-padrão e a interpretação textual. Como destaca Phelps (2016, p. 1), “as provas não mensuram tudo o que os alunos aprendem, talvez nem mesmo os melhores conteúdos que eles aprendem”, evidenciando os limites das avaliações padronizadas para aferir as competências curriculares.

4.2 Linguagens, competências e habilidades do ENEM

A seguir, põem-se em discussão as competências e habilidades do ENEM, destacando as convergências e discrepâncias com a BNCC, bem como suas implicações para o ensino e o aprendizado de linguagens e suas tecnologias com ênfase na LP.

Competência de Área 1: Tecnologias da Comunicação e Informação

Quadro 4: Competência de Área 1 e Habilidades

Código	Descrição da Habilidade
H1	Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.
H2	Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.
H3	Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.
H4	Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.

Fonte: INEP (Inep.gov/ENEM)

A Competência de Área 1 do ENEM, conforme o Quadro 4, enfatiza a análise crítica dos sistemas de comunicação e suas linguagens, alinhando-se parcialmente à BNCC, que reconhece a importância das tecnologias da informação no ensino. No entanto, a BNCC amplia essa perspectiva ao valorizar o uso criativo dessas tecnologias, como expresso na habilidade EM13LGG703, que incentiva a produção coletiva e o desenvolvimento de projetos autorais, deslocando o foco da mera análise para a prática ativa.

Enquanto a Matriz ENEM prioriza a interpretação crítica, a BNCC destaca o protagonismo discente, com vistas à preparação dos estudantes para não apenas compreender, mas transformar a comunicação na LP e no uso das tecnologias digitais. Essa divergência entre os referenciais do ENEM e as diretrizes da BNCC levanta implicações didático-pedagógicas, especialmente no que tange às limitações da avaliação da LP no ENEM (Cf. Luna; Marcuschi, 2017) e às distorções entre as competências prescritas e aquelas efetivamente avaliadas (Cf. Castelan Marques *et al.*, 2021).

Competência de Área 3: Linguagem Corporal

Quadro 5: Competência de Área 3 e Habilidades

Código	Descrição da Habilidade
H9	Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.
H10	Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.
H11	Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos.

Fonte: INEP (Inep.gov/ENEM)

A Competência de Área 3 da Matriz do INEP (Quadro 5) enfatiza o reconhecimento das manifestações corporais e suas funções sociais, em consonância parcial com a BNCC (Quadro 1), que também valoriza a expressão corporal e a interação social. No entanto, enquanto o INEP adota uma abordagem analítica, a BNCC prioriza a participação ativa do estudante na construção de significados. A habilidade EM13LGG301 reforça esse protagonismo ao incentivar a produção individual e colaborativa, incluindo a expressão corporal.

Essa diferença reflete a visão mais passiva do INEP, focada na análise e reconhecimento, em contraste com a abordagem ativa da BNCC, que promove o engajamento discente na criação e reflexão. Estudos sobre o ENEM corroboram essa discrepância, destacando desafios na implementação de uma avaliação mais dinâmica e alinhada às diretrizes curriculares (Santos; Nascimento, 2017; Freitag, 2014).

Competência de Área 4: Arte e Cultura

Quadro 6: Competência de Área 4 e Habilidades (INEP)

Código	Descrição da Habilidade
H12	Reconhecer diferentes funções da arte, do trabalho da produção dos artistas em seus meios culturais.
H13	Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos.
H14	Reconhecer o valor da diversidade artística e das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

Fonte: INEP (Inep.gov/ENEM)

O Quadro 6 evidencia que a Competência de Área 4 do ENEM reconhece a arte como forma de linguagem e meio de reflexão sobre diferentes culturas e padrões estéticos. De modo semelhante, o Quadro 2 da BNCC aborda as manifestações artísticas e culturais. No entanto, a BNCC vai além da apreciação passiva das produções artísticas, enfatizando a participação ativa do estudante na criação dos atos comunicativos da compreensão leitora (Cf. Silva 2022). A habilidade EM13LGG603 destaca a importância da expressão e atuação do estudante em processos autorais individuais e coletivos, abrangendo múltiplas linguagens artísticas (visuais, audiovisual, dança, música e teatro).

Ao incorporar dimensões estéticas, culturais e sociais nas práticas artísticas, a BNCC amplia o papel do estudante, que deixa de ser apenas um observador para tornar-se, segundo Freire (1996) um agente criador e transformador da realidade cultural.

4.3 BNCC e ENEM: Convergências e Discrepâncias nas competências e habilidades em Linguagens

A seguir apresenta uma síntese comparativa das competências e habilidades da BNCC e da Matriz ENEM dos quadros analíticos 1 a 6. Esta comparação tem como objetivo identificar as convergências e discrepâncias entre ambos os documentos, destacando as diferenças de abordagem e os aspectos que os tornam distintos em suas propostas pedagógicas, buscando responder à pergunta de pesquisa: até que ponto a Matriz ENEM contempla as diretrizes da BNCC para o ensino da LP?

A análise da Tabela 1 demonstra que, embora existam pontos de convergência entre os dois documentos - como o reconhecimento da importância das linguagens na construção do conhecimento e da cidadania -, a BNCC adota uma abordagem mais abrangente, incentivando a autoria, a produção de conteúdos e a experimentação criativa. Em contrapartida, a Matriz ENEM restringe-se à análise e ao reconhecimento de práticas sociais, sem aprofundar a dimensão produtiva da aprendizagem, o que não contempla uma formação ampla do estudante no Ensino Médio. Vejamos:

Tabela 1: Síntese Comparativa: BNCC e Matriz do ENEM

Competência BNCC	Habilidade BNCC	Competência INEP	Habilidade INEP	Convergências	Discrepância
Competência 6	EM13LGG601-604	Competência de Área 4	H12-H14	Ambas abordam a apreciação artística e cultural.	A BNCC enfatiza a autoria e a produção, enquanto o INEP foca apenas no reconhecimento.
Competência 7	EM13LGG701-704	Competência de Área 1	H1-H4	Ambas tratam do uso de tecnologias da informação e comunicação.	A BNCC prioriza a produção autoral, enquanto o INEP enfatiza a análise crítica.
Competência 3	EM13LGG301-305	Competência de Área 3	H9-H11	Ambas abordam a linguagem corporal e sua função social.	A BNCC incentiva a criação e a produção, enquanto o INEP limita-se ao reconhecimento.

Fonte: BNCC (2018); INEP (Inep.gov/ENEM).

Essa discrepância evidenciada na Tabela 1 reflete um descompasso entre os objetivos curriculares e os processos avaliativos da Matriz ENEM, uma vez que o exame tende a valorizar a reprodução de conhecimentos em detrimento da criação e expressão autoral. Essa ênfase na recepção e análise, em detrimento da produção, pode limitar a formação dos estudantes, especialmente em um contexto

social e tecnológico que demanda habilidades comunicativas, criativas, críticas e interdisciplinares.

Diante desse cenário, torna-se fundamental reconsiderar os critérios de avaliação do ENEM, a fim de garantir maior alinhamento com os princípios formativos da BNCC. A incorporação de práticas avaliativas que valorizem a autoria e a criatividade contribuiria para uma formação mais integral dos estudantes, preparando-os para os desafios da contemporaneidade e tornando o ensino mais coerente com as demandas sociais e culturais da atualidade.

4.4 Percepção e implementação da BNCC e Matriz ENEM: Relatos de docentes de LP

Ball, Maguire e Braun (2012) argumentam que a implementação de políticas educacionais envolve interpretação e ressignificação, configurando um processo de “política em ação” (*policy enactment*). Com base nesse conceito, este estudo analisou como dois professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio público percebem e aplicam as diretrizes da BNCC e da Matriz Enem, conciliando prescrições curriculares e demandas avaliativas.

A análise foi orientada por três questões centrais: (1) Quais contradições existem entre a BNCC e a Matriz Enem na disciplina de Língua Portuguesa? (2) Como os docentes equilibram essas diretrizes em sua prática pedagógica? (3) Quais metodologias são adotadas em sala de aula, considerando as diferenças entre os documentos e a preparação para o ENEM? A Tabela 2 sintetiza os relatos docentes em resposta a essas questões.

Tabela 2 Comparativa das Respostas dos Docentes

Questão	Docente A	Docente B
1. Contradições BNCC vs. ENEM	Foco da BNCC na formação de leitores críticos e na produção textual diversa contrasta com a ênfase do ENEM em interpretação textual e aspectos gramaticais.	BNCC prioriza a diversidade linguística e uso social da linguagem, enquanto o ENEM limita-se à interpretação de textos e gramática tradicional.
2. Abordagem para lidar com contradições	Integração de abordagens através da prática argumentativa, conciliando análise crítica e preparação para o ENEM.	Busca equilíbrio entre demandas curriculares, sem deixar de lado práticas tradicionais voltadas ao ENEM.
3. Prática docente em sala	Metodologias diversificadas com foco no pensamento crítico, como seminários, resenhas e debates.	Predominância de métodos tradicionais, como leitura, interpretação e atividades gramaticais.

Fonte: Dados gerados na pesquisa (2024)

As respostas dos docentes evidenciam as contradições apontadas nas análises documentais da BNCC e da Matriz ENEM, sobretudo no contraste entre a formação crítica promovida pela BNCC e a abordagem tecnicista da Matriz ENEM. Nesse contexto, a recontextualização e a transposição didática (Chevallard, 1991; Ball; Bowe; Gold, 1992; Ball, 1994, 1997; Sacristán, 2003, 2010; Freire, 2004; Bonamino; Sousa, 2012; Striquer, 2019; Xiriqueira; De Barros, 2021) tornam-se desafios para os docentes, impactando diretamente suas práticas pedagógicas e a adaptação das diretrizes às necessidades dos estudantes no Ensino Médio.

A Questão 1 – Contradições BNCC vs. Matriz ENEM: revela que ambos os docentes percebiam um desalinhamento entre os documentos. O Docente A ressalta a diferença entre a ênfase da BNCC na produção textual e a priorização da Matriz ENEM na interpretação e gramática. O Docente B corrobora essa visão ao apontar que a BNCC adota uma abordagem sociocultural da linguagem, enquanto a Matriz ENEM se mantém focada na norma-padrão e na análise estrutural dos textos.

A Questão 2 – Abordagem para lidar com contradições destaca que os docentes adotam estratégias distintas para conciliar BNCC e Matriz ENEM. O Docente A busca integrar análise crítica e práticas argumentativas, equilibrando as exigências dos dois documentos. Já o Docente B relata dificuldades nesse equilíbrio, pois a pressão institucional para preparar os alunos para o exame acaba limitando sua abordagem.

Questão 3 – Prática docente em sala de aula: Os relatos evidenciam diferenças metodológicas. O Docente A utiliza estratégias diversificadas, como debates e resenhas, estimulando autoria e criticidade. O Docente B, por sua vez, mantém práticas mais tradicionais, centradas na interpretação de textos e gramática, para alinhar-se ao modelo da Matriz ENEM.

Essas percepções reforçam o impacto do formato avaliativo sobre as escolhas pedagógicas dos docentes, evidenciando a necessidade de maior alinhamento entre currículo e avaliação para garantir um ensino que contemple tanto a formação crítica quanto a preparação para exames externos.

Os dados da pesquisa indicam que os professores enfrentam um dilema: alinhar-se às prescrições da BNCC, que enfatiza a diversidade discursiva e o pensamento crítico, enquanto preparam os alunos para o ENEM, que privilegia interpretação textual e gramática normativa. (Esse tensionamento reforça a tese de Ball (1994, 1997),) sobre as políticas “performáticas”, que priorizam resultados mensuráveis, impactando a autonomia docente e o ensino de LP.

Mesmo diante dos desafios enfrentados, constatou-se que a dinâmica dos docentes pode ser compreendida à luz do conceito de *policy enactment*, desenvolvido por Ball, Maguire e Braun (2012), que destacam o papel ativo dos docentes na interpretação e ressignificação das políticas curriculares. Em vez de meramente implementarem diretrizes prescritas, os professores ajustam e negociam suas práticas conforme o contexto e as demandas institucionais. Assim, a BNCC e a Matriz ENEM não são simplesmente aplicadas, mas reinterpretadas na prática

pedagógica, revelando a complexidade do trabalho docente na materialização das políticas educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da análise dos dados bibliográficos, documentais e dos relatos dos professores de LP revelou uma dicotomia entre os documentos curriculares analisados e suas implicações na prática docente. As comparações realizadas evidenciam que a BNCC (2018) apresenta avanços consideráveis para o ensino de LP em relação à Matriz ENEM, especialmente por propor uma formação linguística-comunicativa mais alinhada à cultura multissemiótica contemporânea. No entanto, essa abordagem não se reflete integralmente na estrutura avaliativa da Matriz ENEM, gerando uma desconexão entre ensino e avaliação.

Os relatos dos docentes confirmam essa lacuna, indicando que a rigidez das exigências do ENEM limita a adoção de metodologias inovadoras, reforçando práticas mais tradicionais. Esse descompasso compromete a formação crítica dos estudantes e impõe desafios à implementação de estratégias pedagógicas mais dinâmicas e contextualizadas.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível repensar os critérios avaliativos da Matriz ENEM, buscando maior alinhamento com as competências e habilidades previstas na BNCC. Além disso, políticas educacionais mais coerentes e integradas são essenciais para garantir uma articulação efetiva entre currículo e avaliação, assegurando uma formação integral e equitativa para os estudantes.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen J. Policy sociology and critical social research: a personal review of recent education policy and policy research. *British Educational Research Journal*, v. 23, n. 3, p. 257-274, 1997.
- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard; GOLD, Sharon. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. Londres: Routledge, 1992.
- BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. *How schools do policy*. Abingdon: Routledge, 2012.
- BALL, Stephen J. **Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 10-32, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BNCC na prática: ensino médio / Equipe Educacional FTD. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2020. Vários autores. ISBN 978-65-5742-008-9 (professor).

BONAMINO, Alícia Catalano de e SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 38, n. abr./ju 2012., p. 373-388, 2012. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022012005000006>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Novo Enem. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13318&option=com_content&view=article. Acesso em: 22 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. 2018.

BRASIL. Lei nº. 13.945, de 31 de julho de 2024. **Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro**, Brasília DF, 2024.

CASTELAN MARQUES, Fabielle; COSTA DO NASCIMENTO, Bruno; DA SILVA DE SOUZA, Tercio. Distorções entre a BNCC e o ENEM: uma visão focada em ciências da natureza utilizando a taxonomia de bloom revisada.. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, 7(20), 2021. Recuperado de Disponível em <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2338>. Acesso em 26 nov. 2024.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 295-316, 2008.

CIAVATTA, M. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. por que lutamos?** Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014.

COUTINHO, Lúria Regina Muniz. Diálogos entre a BNCC e o Enem: impactos no novo documento curricular na abordagem da Língua Portuguesa. Revista Ao Pé da Letra. Universidade federal rural de Pernambuco. V. 24 n. 2, p. 116-136, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/pedalettra/article/view/257405/44456>. Acesso em 14 dez. 2024.

CHEVALARD, Yves. **La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. La Pensée Sauvage, Argentina. 1991.

CURY, Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano. **Base Nacional Comum Curricular: Dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

DE ARAÚJO, Enith Romão; MARCONDES, Pollyanna; DOS REIS, Domingos Aparecido; DE MELO, Francisca Laudenis Martins; FERREIRA, Maria de Fátima Santos. **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os desafios para a sua implementação**. LUMEN ET VIRTUS, [S. l.], v. 16, n. 46, p. 2103–2116, 2025. DOI:

10.56238/levv16n46-036. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/3760>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREITAG, Rquel Meister ko. **A prova de redação do Enem: divergências entre as orientações para a prática e as diretrizes de avaliação**. *Interdisciplinar*, v. 20, p. 61-72, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio ; DICKMANN, Ivo ; PERTUZATTI, Ieda. Currículo Integrado, Ensino médio técnico e Base Nacional Comum Curricular: entrevista com Gaudêncio Frigotto. **Revista E-Curriculum** (PUCSP), V. 15, p. 871-883, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/30272/23739>. Acesso em 26 jan. 2025.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Matriz de Referência do ENEM. Disponível em: <https://inep.gov.br>. Acesso em 16 Set. 2024.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUNA, Tatiana Simões e; MARCUSCHI, Beth (org.). **Avaliação de língua portuguesa no novo Enem**. Jundiaí, SP: UniAnchieta, 2017.

MANZINI, Eduardo. José. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros** Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/>> Acesso em: 22 de jul. de 2024.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2015.

PEREIRA, Valteson Cleiton., Cavalcante, R. P., Senna, Mary. Lucia. G. S. de., & Castilho, W. S. (2023). Cenário do ensino de língua portuguesa: reforma do Ensino Médio e transposição didática em educação remota. **Revista Pesquisa Qualitativa**, 11(26), 147–174. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/521>. Acesso em 12 dez. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **Políticas educacionais: da pedagogia das competências à pedagogia histórico crítica**. In: Maria Valéria Barbosa; Stela Miller; Suely Amaral Mello. (org.). Teoria histórico cultural: questões fundamentais para a educação escolar. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. v. 1, p. 59-76.

SACRISTÁN, José Gimeno. Educar e conviver na cultura global. Porto: Edições Asa, 2003. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/97157/1/Educar_e_conviver_na_cultura_global_J_Gi%20%281%29.pdf. Acesso em 15 nov. 2024.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertidumbres sobre el currículum**. Madrid: Ediciones Morata, 2010. p. 11-17. Disponível em: <https://content.e-bookshelf.de/media/reading/L-3498265-138d73707c.pdf>. Acesso em 12 fev. 2025.

SANTOS, Leonor Werneck dos; NASCIMENTO, Sylvia Jussara Silva do. **Abordagem dos gêneros textuais pelo ENEM**. In: LUNA, Tatiana Simões e; MARCUSCHI, Beth (org.). Avaliação da língua portuguesa no novo Enem. Jundiaí, SP: UniAnchieta, 2017. cap. 3, p. 85-115.

SAVIANI, Demerval. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Movimento-Revista de Educação, Niterói, v. 3, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/download/32575/18710/109523>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, Vanilda. Salustiano. *et al.* **Possibilidades e desafios para implementação das proposições da bncc para o ensino da leitura na educação profissional e tecnológica em tempos de pandemia**. Revista Labor, v. 1, n. 27, p. 399-419, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/labor/article/view/72057>. Acesso em 10 nov. 2024.

SOUZA, Danilo Fernandes Sampaio; BAPTISTA, Felipe Barreto. **O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular: tensões e divergências**. Saberes, [S.l], v. 1, n. 17, p. 177-186, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/12623>. Acesso em: 1 fev. 2021.

STRIQUER, Domingos. **A BNCC e o papel do professor de Língua Portuguesa**. Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil. Centro de Letras, Comunicação e Artes; v.40 n.1 - 2019.

XIRIQUEIRA Prado; De BARROS Deganutti. **BNCC de língua portuguesa: um olhar comparativo entre as fases do ensino fundamental e do ensino médio**. Entretextos, Londrina, v. 21, n. 2, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/41675>. Acesso em: 25 out. 2024.